

**APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO  
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL  
AREIAS DE SANTO AMARO  
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto “Areias de Santo Amaro” de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se com a receção na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Autoridade Ambiental, do Plano de Pedreira acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a 28 de janeiro de 2022 em suporte digital.

Posteriormente, de acordo com o definido Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados e cujos respetivos representantes foram nomeados pelos seus superiores:

- Divisão de ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Filipe Pires que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Carlos Faria;
- Direção Regional do Comércio e Indústria (DRCI), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira;
- Divisão de Gestão da Água (DGA) representada por Tiago Fraga;
- Divisão de Ordenamento do Território representada por Ana Rita Dinis (DOT);
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de São Jorge (SAACSJ) representada por Anabela Silva.

Após apreciação da documentação remetida, a CA elaborou o presente parecer, onde os contributos dos vários membros da CA foram obtidos com recurso a meios informáticos nomeadamente por correio eletrónico e a situação de referência foi verificada no terreno pelo representante do SAACSJ. A CA pronunciar-se-á sobre os capítulos quando achar

conveniente, a ausência de comentários significa que não há nada a opor quanto aos conteúdos apresentados.

Assim com esta metodologia de trabalho por parte da CA viabilizou a emissão do presente parecer coletivo relativo à conformidade do EIA com a legislação em vigor e os objetivos pretendidos com a Consulta Pública inerente ao procedimento de AIA.

## **2. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

O estudo de impacte ambiental (EIA) apresentado, é referente ao projeto de exploração de massas minerais, piroclastos basálticos (bagacina), designado de Areias de Santo Amaro, localizado na freguesia de Santo Amaro, concelho das Velas, ilha de São Jorge, em que o proponente é o sr.º José Almerindo Ramos Freitas.

O projeto apresenta uma área de e 152.460 m<sup>2</sup>, com uma área de exploração de 141 651 m<sup>2</sup> em que a média de extração anual será de 50.000 m<sup>3</sup>.

A exploração do recurso mineral será efetuada por desmonte direto, através do ataque direto da frente de desmonte de modo a desagregar a massa mineral, individualizando-a em fragmentos. De acordo com o projeto e com o EIA *“Prevê-se que as operações de desmonte avancem de leste para oeste, com o desmonte a realizar-se em flanco de encosta, dos 492 aos 400 m de altitude, originando taludes com 10 m de altura. O sector leste da área de exploração apresentará uma configuração talude-patamar-talude e o sector oeste um largo patamar à cota de 400 m, com ligeiro pendor para NE.”*

### **2.1 Objetivos e justificação do projeto**

De acordo com o EIA, o objetivo do projeto é o licenciamento de uma exploração de bagacina de granulometria fina e de cor negra, englobando a recuperação ambiental e paisagística do local, para comercialização e aplicação na construção civil e obras públicas.

Como antecedentes ao presente EIA, importa referir que o projeto de pedreira com a área total de 152.460 m<sup>2</sup>, é resultante da anexação de 115.861 m<sup>2</sup> à área da exploração com licença nº 208 (Areias de Santo Amaro), ou seja, 36.599 m<sup>2</sup>, a qual, datada de 10.12.2014, também foi sujeita a procedimento de



AIA, cuja DIA se encontra em anexo ao Despacho nº 2345/2014, de 28.11.2014.

### **3. APRECIÇÃO GERAL DO EIA**

Conforme referido anteriormente, a CA pronuncia-se sobre os capítulos que achar necessário, em caso de ausência de comentários, significa que não tem nada a opor e concorda com o exposto no EIA.

O EIA, na sua estrutura obedece, de modo genérico, às normas técnicas previstas na legislação que regula o procedimento de AIA, incluindo os documentos obrigatórios e os anexos que o proponente considerou necessários.

#### **3.1 – Relatório Técnico (RT)**

O Relatório Técnico do EIA na sua estrutura obedece, de forma geral, às normas técnicas previstas na legislação, incluído os documentos obrigatórios exigidos pela legislação e anexos que o proponente achou por necessário.

No que diz respeito ao fator ambiental Geologia e Geomorfologia, é efetuado o enquadramento geológico da área do projeto, estando este localizado no Complexo Vulcânico das Manadas e é formado por cones de escórias e escoadas lávicas de natureza basáltica.

Contudo, e apesar de ficar fora do limite da área do projeto, a CA chama atenção para a existência, a uma distância de cerca de 50 metros do lado a sudeste da área de implantação do projeto, de uma cavidade vulcânica, nomeadamente de um algar, designado de Algar das Bocas de Fogo, que não está referenciado e analisado no EIA. Este algar, um dos mais importante da ilha de São Jorge tem cerca de 120 metros de profundidade e possui três aberturas, duas das quais utilizadas para descida na vertical, que comunicam com uma ampla sala, com dimensões de 55 m x 30 m e altura de 50 m. (Lima et al., 2011).

Face ao exposto e à atividade inerente ao projeto (uso de maquinaria no processo de desmonte e no transporte das massas minerais), a CA entende que de forma a salvaguardar a cavidade vulcânica, deverá ser feita uma descrição da mesma, tendo em conta a sua localização, dimensão,

orientação, bem como da sua importância no contexto local e da sua relevância geológica e provavelmente biológica. A descrição solicitada anteriormente deverá refletir-se ao nível dos impactes e medidas de minimização e monitorização a adotar.

A CA informa que existe um Regime de proteção e classificação das cavidades vulcânicas dos Açores, presente no Decreto Legislativo Regional n.º 10/2019/A, de 22 de maio.

Relativamente ao fator Condicionantes e Ordenamento do Território, é feito um enquadramento no âmbito das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SARUP) e dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na área de estudo. No entanto, dado o objeto em estudo, julga-se que a análise ao Plano de Ordenamento Turístico da RAA pode ser eliminada, uma vez que não está relacionado com o objeto em estudo.

Relativamente ao PAE, julga-se pertinente que o enquadramento seja reformulado, dado que:

— Nas Áreas de Gestão, para as novas áreas de extração de massas minerais, bem como para as existentes devidamente licenciadas, aplica-se o disposto na legislação em vigor, designadamente o Regime Jurídico da Revelação e Aproveitamento de Massas Minerais na Região Autónoma dos Açores em vigor, de acordo com a **NG17** e a **NG21** do regulamento do PAE;

— Nos **Espaços não interditos à indústria extrativa** as novas áreas de extração de massas minerais e o licenciamento de áreas adjacentes a extrações anteriormente licenciadas ficam sujeitas à apresentação de elementos adicionais (estudo de fundamentação socioeconómica e o estudo de fundamentação geológica e geotécnica), cuja conformidade deve ser validada pela entidade competente em matéria de regulamentação, licenciamento e fiscalização da atividade extrativa, de acordo com a **NG33**, a **NG36** e a **NG37** do regulamento do PAE;

— Nos **Espaços interditos à indústria extrativa** não é permitida a prospeção e extração de recursos minerais não metálicos, assim como atividades associadas, mesmo que se sobreponham a áreas de extração anteriormente licenciadas ou adjacentes a áreas licenciadas, sendo que,



caso ocorra a revisão dos regimes legais das condicionantes referidas anteriormente no decurso do período de vigência do PAE, passam a aplicar-se as normas gerais associadas aos **Espaços não interditos à indústria extrativa** desde que não existam no âmbito do PAE outras condicionantes/interdições legais sobrepostas a essas zonas, de acordo com a **NG57**, a **NG58** e a **NG63** do regulamento do PAE;

— Tendo em conta a análise efetuada à RE, verifica-se que o RJREN permite novas explorações ou ampliação de explorações existentes, estando sujeitas a comunicação prévia, pelo que nesta área aplicam-se as normas gerais associadas aos Espaços não interditos à indústria extrativa;

— Apesar do PDM ainda não ter internalizado as normas de execução e cartografia do PAE, destaca-se que este último, dada a sua natureza, vincula entidades públicas (artigo 8.º do PAE conjugado com o artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT.A), publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto), pelo que a entidade licenciadora, enquanto entidade pública, deve assegurar o cumprimento das normas impostas pelo PAE, no âmbito do licenciamento desta atividade.

No que respeita ao PDM, a área em análise insere-se em Espaços Florestais de Proteção, Espaços Agrícolas de Uso Arável Permanente ou Ocasional e Espaços Agrícolas de Uso Arável Ocasional, pelo que o enquadramento deve ser reformulado. Além disso, nesta área não existe qualquer área indicativa para espaços para indústria extrativa.

Assim, para o fator Condicionantes e Ordenamento do Território, informa-se que o presente assunto carece de parecer por parte da Câmara Municipal de Velas, que ateste a conformidade da pretensão com as disposições regulamentares do PDM em vigor, bem como da IROA, S.A., dada a sobreposição com a Reserva Agrícola Regional.

Por último, salienta-se que na “Fase de Construção” e relativamente ao impacte “Condicionamento e alteração do uso do solo”, julga-se que este deve ser “significativo” uma vez que a área em questão insere-se em Espaços Florestais e Espaços Agrícolas.

Para o fator ambiental Solos, na fase de construção e de exploração e relativamente ao impacte “Alteração da ocupação do solo”, julga-se que este deve ser “significativo” uma vez que a área em questão é parcialmente florestal e agrícola.

No que diz respeito às alternativas ao projeto, apenas é considerada a ausência de intervenção, sendo entendida como a alternativa “0” correspondente à continuação da exploração de piroclastos basálticos na pedreira designada Areias de Santo Amaro, licenciada em 2014 (licença 208/RN) e à manutenção da ocupação de prados/pastagens, áreas de extração de massas minerais (área SJO24 – PAE) e florestas de folhosas nas restantes parcelas de terreno. Face aos argumentos apresentados, a CA entende que a ausência de análise de alternativas, não é impedimento ao andamento do procedimento de AIA.

### **3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)**

O RNT, enquanto documento de suporte à participação pública, nos processos de avaliação de impacte ambiental, que descreve de forma coerente e sintética, numa linguagem e apresentação acessível ao público em geral, deverá representar o conteúdo presente no RT. Na sua estrutura genericamente respeita os objetivos que se pretendem com este tipo de documento. O RNT deverá refletir as alterações descritas no presente parecer.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES**

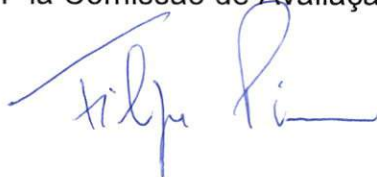
A CA considera que a documentação apresentada, cumpre de uma forma geral com o exigido pela legislação em vigor. Contudo, face aos comentários efetuados no presente parecer e devido às imperfeições detetadas, nomeadamente à Geologia e Geomorfologia, Solos, Condicionantes e Ordenamento do Território e respetivos impactes, não estão reunidas as condições para se prosseguir para a fase da consulta pública. Deverá o proponente reformular o EIA (RT e RNT) e entregar toda a documentação solicitada no presente parecer de forma a colmatar as imperfeições detetadas.

Face ao exposto, concede-se ao proponente 30 dias para a entrega da documentação solicitada, ficando o prazo de contagem do procedimento de AIA interrompido até a entrega dos novos elementos.

Para efeitos de consulta pública, deverão ser remetidos 4 (quatro) exemplares em formato papel, do RT e 5 (cinco) do RNT, e uma versão em formato digital (CD).

Horta, 28 de fevereiro de 2022

P'la Comissão de Avaliação

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Filipe Pires', is written over the printed name.

Filipe Pires  
(DACAA)